

## **ACTA N.º 14**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 20 de Junho de 2007.**

Aos vinte dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos membros da Bancada do Partido Socialista, estando ausentes todos os membros que constituem as Bancadas da CDU e do PSD.

A Senhora Presidente da Mesa leu os artºs do Regimento da Assembleia Municipal, referentes às ausências dos membros e, deu por terminada a reunião, fazendo a marcação da próxima reunião para o dia vinte e seis do mês de Junho de dois mil e sete, pelas dezassete horas, que será presidida pelo Primeiro Secretário, uma vez que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pediu suspensão de mandato por trinta dias, a partir do próximo dia vinte e dois do mês de Junho de dois mil e sete.

### **2ª Reunião da Sessão Ordinária de 20 Junho de 2007**

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Maria de Fátima Pedro Guerra Rodrigues, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Inês da Nóbrega Pimenta D'Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Carlos Alberto das Neves Cotrim, Carla Margarida Costa Alves Raposo, Francisco Sá Pereira, João Vasco Rodrigues Peixinho e José João Marques Pais.

O Presidente da Mesa em exercício convidou para a mesa o membro Carlos Cotrim. O membro Carlos Cotrim pediu que o Presidente da Mesa em exercício convidasse outro membro, uma vez que a bancada do PSD é constituída só por dois membros. O Presidente da Mesa em exercício convidou então, o membro Fernando Ramalho.

O Presidente da Mesa em exercício, solicitou aos líderes de cada bancada que se pronunciassem sobre uma situação anómala existente na segunda Convocatória onde, por lapso, foram omitidos quatro pontos .

O Presidente da Mesa em exercício informou que os 19 pontos da Ordem de Trabalhos se mantinham . Sobre a situação intervieram os membros João Osório, João de Brito e Paulo Espírito Santo.

Intervenção do membro João Osório, dizendo que a posição da bancada da CDU é que "temos que cumprir a convocatória. A convocatória está mal feita, porque os membros têm que ser convocados com oito dias de antecedência , conforme a Lei 169/99, mas isso não aconteceu".

Intervenção do membro João de Brito, dizendo que também estranharam que tivessem sido retirados quatro pontos da Ordem de Trabalhos, no entanto o Sr. Presidente da Mesa em exercício já tinha pedido desculpa pelo lapso. A bancada do PSD informou que aceitou as desculpas por parte do Sr. Presidente da Mesa em Exercício, devendo no entanto ficar escrito em acta, que foi um lapso por parte da Mesa da Assembleia.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo dizendo que o Sr. Presidente da Mesa em exercício já tinha explicado no início da sessão o lapso e, "uma vez que todos os membros têm os documentos há bastante tempo, a bancada do PS acha que não existe motivo para não se poder prosseguir com a sessão da Assembleia Municipal".

O Presidente da Mesa em exercício informou o membro João Osório que se tinham baseado no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente artigo vigésimo segundo, ponto dois (onde passou a ler o artigo).

Interveio o membro João Osório, dizendo que "na mesa encontram-se dois Juristas , desde que a Lei contemple não se vai à Lei superior que é a Constituição".

O Presidente da Mesa em exercício informou que , uma vez que se chegou a acordo se iria dar então início à sessão , colocando de imediato à discussão e votação das Actas nº 11, 12 e 13.

A membro Inês Aguiar, referiu que "na Acta Nº 11, na primeira folha está escrito "no auditório da Câmara Municipal" deve-se ler "no auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça".

A membro Vitória Brito , pediu esclarecimento em relação aos discursos do "25 de Abril" da Bancada do PS virem transcritos na acta e os discursos das Bancadas da CDU e do PSD virem em anexo, "A CDU não entregou o discurso , porque a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia pediu em CD, mas a CDU vai

entregar em papel, ou então como está gravado, solicito que seja transcrito na acta”.

O Presidente da Mesa em exercício disse que concordava que todos os discursos fossem tratados da mesma maneira.

Passou-se à votação da acta Nº 11, com as alterações propostas, que foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa em exercício, apresentou algumas alterações à acta Nº 12 (cópia em anexo).

A membro Inês Aguiar solicitou também algumas alterações à acta Nº 12.

Em relação à acta Nº 12, o membro Carlos Cotrim solicitou que fosse substituído o seu nome, pelo nome do membro João de Brito, uma vez que o membro Carlos Cotrim não esteve presente nessa assembleia.

A membro Anabela Costa solicitou também algumas alterações à acta Nº 12, pedindo que fossem transcritos os dois últimos parágrafos, da sua intervenção na anterior sessão.

O membro Paulo Espirito Santo, referiu que as actas não são a transcrição integral do que se passa nas Assembleias, “senão vamos começar a ter actas com 30, 40, 50 e 60 páginas. Sugiro que as bancadas apresentem por escrito as alterações para ficarem anexas à acta”.

O Presidente da Mesa em exercício informou que concorda que as actas devem transcrever um resumo da ideia principal e que, por uma questão de bom senso, se devem resumir as actas.

O membro João Osório solicitou também algumas alterações à acta Nº12, nomeadamente transcrever o resumo do que foi dito.

A membro Vitória Brito solicitou também algumas alterações à acta Nº 12.

Passou-se à votação da acta Nº 12, com as alterações propostas, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

O membro Carlos Cotrim apresentou declaração de voto, informando que se absteve pelo facto de não ter estado presente.

O Presidente da Mesa em exercício apresentou algumas alterações à acta Nº 13 (cópia em anexo).

Passou-se à votação da acta Nº 13, com as alterações propostas, que foi aprovada por unanimidade.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Mesa em exercício voltou a informar que o tempo é limitado.

O membro João Osório apresentou uma pequena intervenção , referente ao horário das últimas Assembleias, "era de bom tom que não se voltassem a marcar Assembleias para esta hora".

O membro José João Pais informou os membros da Assembleia que, no dia 30 de Junho irá ser inaugurado o Parque de Merendas na Gouxaria. Apresentou uma saudação muito especial ao membro João Vasco Peixinho, por ser um jovem e ser a primeira vez que se encontra a representar um Partido Político.

O membro João de Brito referiu também a situação do horário das últimas Assembleias, solicitou que não se voltassem a marcar Assembleias para esta hora. Pediu que fosse informado se as Assembleia são para continuar a ser marcadas pelas 17.00h , ou se vão voltar a ser pelas 21.00h.

O Presidente da Mesa em exercício informou que a razão pela qual , ter sido marcada a Assembleia pelas 17.00h, foi de a ordem de trabalhos ter 19 pontos. Já foi marcada uma Assembleia pela tarde, foi interrompida para jantar e acabou muito tarde.

A membro Anabela Costa referiu também a marcação das Assembleias para as 17.00h , porque não conhece mais nenhum sitio onde as Assembleia são marcadas para estas horas, ou seja dentro do horário normal de trabalho. Os líderes de bancada deveriam ser contactados para analisarem se concordavam ou não, com a marcação das Assembleias para este horário. Foram várias as pessoas que entraram em contacto com a Senhora Presidente da Mesa , e ela mostrou-se sempre indisponível para alteração da hora da Assembleia, não teve nenhuma abertura com as bancadas, ao contrário do que foi escrito pela Imprensa. Mas a Senhora Presidente não está ,não se pode defender, tem que haver bom senso , no sentido de se encontrar um horário, porque somos uma bancada de pessoas sérias e honestas e não queremos arranjar problemas com as outras bancadas, mas era bom que este assunto não se voltasse a repetir.

Intervenção da membro Inês Aguiar, "informou que já tinha sido referido qual era a opinião da bancada da CDU, mas no entanto existe no mínimo uma relação de cordialidade até de bom senso e como tal , era no mínimo razoável a

Senhora Presidente contactar os líderes de bancada e explicar que “estava a pensar marcar a assembleia para as 17.00h, por este motivo e por aquele”, não tinha que esperar que os líderes entrassem em contacto com ela. Em relação à questão do horário “não me parece que fosse motivo para as 17.00h, porque a maior parte dos pontos já foram discutidos”. Outra questão apresentada pela membro, foi de que as Assembleias sempre foram marcadas para as sextas-feiras, e não compreende porque é que foram alteradas para dias durante a semana, onde no dia a seguir é dia de trabalho, para todos os membros. Apresenta uma sugestão para que as Assembleias voltem a ser marcadas para a sexta-feira e que a questão da hora não se volte a repetir.

O Presidente da Mesa em exercício informou que, vai transmitir as preocupações apresentadas à Senhora Presidente da Mesa.

O Presidente da Mesa em exercício informou que já foi ultrapassado o período de uma hora, antes da ordem de trabalhos, pedia que houvesse uma inscrição de todos os membros de uma só vez, para se poder repartir o tempo por todos.

O membro João Osório apresentou um protesto, onde a aprovação das actas não pertence à Ordem do Dia, “estivemos mais de meia hora a discutir a aprovação das actas mas, não se pode também limitar a intervenção dos membros das bancadas”. O Senhor Presidente da Mesa em exercício aceitou a ideia de “retirar meia hora da discussão das actas e de assim terem mais meia hora para discussão”.

O membro João Osório apresentou várias questões:

- Uma questão referente a um pedido já apresentado pela bancada da CDU e do PSD em Novembro de 2006, em relação a questões de Segurança. Foi apresentada uma proposta que foi aprovada, em que foi solicitada uma reunião com o Senhor Secretário de Estado ou com o Senhor Ministro da Administração Interna, para ser tratado um assunto que é tão importante para todos que é a “Segurança”. Pede esclarecimento porque até hoje ainda não foi obtida nenhuma resposta. Pede que façam chegar aos membros cópias dos ofícios trocados com as entidades atrás referidas, uma vez que a mesa da Assembleia ainda, não os fez chegar.

- Uma questão referente à desactivação do quartel da GNR em Alpiarça.

- Uma questão referente “ as duas pessoas que são seguranças pessoais do Senhor Presidente da Câmara” , a bancada da CDU pretendia saber se é verdade e se é a Câmara Municipal de Alpiarça, que está a suportar esses custos. Pede ainda

que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse se “os seguranças pessoais” utilizam as Piscinas, os Campos de Ténis e o Pavilhão de Atletismo.

- Uma outra questão em relação a “uma lixeira a céu aberto” numa propriedade da Câmara denominada por “Quinta dos Patudos”, que está a ser gerida pela AgroAlpiarça. Informou ainda que, se fosse necessário tinha fotografias do mesmo.

- Uma outra questão é em relação ao abate dos eucaliptos que destruíram as vedações.

- O membro João Osório entregou fotografias à mesa para serem entregues ao Senhor Presidente da Câmara.

O membro João Osório pede esclarecimento se os meninos do Grupo “Escuteiros” , que estiveram acampados na Reserva do Cavalão do Sorraia, foram eles que tiveram que andar a fazer a limpeza à Reserva.

O membro João Osório pediu esclarecimento referente à limpeza da vala , “que já não está entregue a uma empresa, mas que foi entregue a um particular, para cuidar” pretende saber se tem custos ou não para a Autarquia.

O membro João Osório solicitou informação sobre a situação , referente ao acompanhamento da Comissão da Revisão do PDM, se está já a trabalhar ou quando é que começa.

O membro João Osório solicitou ainda informação referente à X Feira do Vinho do Ribatejo, porque é que este ano não se realizou o Concurso de Vinhos Engarrafados do Ribatejo, em Alpiarça.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro que mostrou desagrado pela hora a que a sessão foi marcada, pois não lhe parece propositada. Falou também de questões ambientais, nomeadamente da lagoa de águas residuais que se encontra à beira da Zona Industrial e da E.N 118, pois o problema persiste e os cheiros com o Verão irão tornar-se insuportáveis. Sobre este assunto colocou algumas questões:

1ª – De onde vêm as águas residuais que formam uma lagoa de esgoto a céu aberto, com maus cheiros na Zona Industrial, junto à E.N. 118?

2ª – Existe no local um motor eléctrico supostamente para bombear essas águas para outro local, para onde vão essas águas residuais e por onde passam?

3ª – A conduta que foi feita pela Câmara Municipal e que liga a Zona Industrial à Vala de Alpiarça continua parada junto à estrada que liga a Torre à Quinta da Lagoalva de Cima, o que é que impede a sua conclusão? E quando esta

estiver concluída será que as águas residuais vão directamente para a vala sem serem devidamente tratadas?

4ª – Quando é que a Câmara Municipal pensa resolver definitivamente esta situação que é uma vergonha para Alpiarça, para além dos incómodos que causa à população?

Perguntou também quantos postos de trabalho criaram efectivamente as duas fábricas que se encontram a laborar na Zona Industrial, a Monliz e a Celta.

Referiu também que no dia 24 de Abril de 2007 o executivo da Câmara teve uma reunião na DREL sobre a rede escolar. Disse que soube por alguns pais da EB1 do Frade de Cima que a escola vai fechar, gostaria então de saber se as diligências efectuadas pela Autarquia, no sentido da escola não fechar surtiram algum efeito.

Intervenção da membro Inês Aguiar, que perguntou qual a data prevista para a abertura ao público da piscina exterior e qual o horário de funcionamento.

Intervenção da membro Vitória Brito que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o 162 ha da Quinta dos Patudos, que vão ser concessionados durante 90 anos, pois a bancada da CDU soube que, na última reunião de Câmara, foi aprovada a abertura de um programa de concurso e caderno de encargos, e como tal gostariam de saber mais pormenores sobre este assunto.

O Presidente da mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente respondeu em primeiro lugar à membro Vitória Brito dizendo que o que foi presente em reunião de Câmara, foi apenas uma proposta para que a Câmara disponibilize futuramente o caderno de encargos e programa de concurso a ser realizado a concessão de direito de superfície para um projecto de qualidade elevada em termos turísticos respeitando ordenamento e valorizando a natureza.

Relativamente à questão colocada pela membro Inês Aguiar respondeu que assim que as condições climatéricas estabilizem a piscina será aberta ao público.

Relativamente às questões colocadas pelo membro Celestino Brasileiro respondeu que a reunião com a DREL foi adiada para o próximo dia 4 de Julho, só nessa altura poderá ter alguma resposta.

Quanto ao número de postos de trabalho criados pela Monliz e pela Celta, informou que os protocolos estiveram presentes na Assembleia Municipal.

Relativamente à conduta da Zona Industrial à Vala esclareceu que foi necessário articular autorizações por parte de entidades envolvidas, neste momento

já há autorização para seguir com a obra, que será realizada por administração directa.

A situação da lagoa que existe junto à Zona Industrial tem que ser resolvida, mas também junto da DGAL. Estamos à espera que a CCDR e a DGAL resolvam o assunto no sentido de apresentar ao Secretário de Estado da Administração Local um novo contrato programa para a Câmara ser ressarcida, porque houve alterações das componentes, retirando cimento e incluindo zonas verdes, nomeadamente no coberto vegetal de toda aquela zona e eliminando a chamada praça das indústrias, pois carregaria com um elemento muito pesado a entrada da zona industrial. Estas alterações nunca foram entendidas como uma reformulação à candidatura, mas finalmente há a promessa da DGAL e da CCDRLVT que rapidamente a situação será resolvida e o assunto será presente à apreciação do Senhor Secretário de Estado, para que possamos concluir a candidatura com segurança. Pois se a candidatura não for apreciada com base na reformulação, então tudo o que foi feito e que não constava da candidatura original será considerado trabalhos a mais e como tal não são contemplados em termos de contratos de programa e fundos comunitários.

Quando o canal estiver concluído, o local de escoamento natural será a linha de água da vala real de Alpiarça, com pré-tratamento e respeitando parâmetros técnicos.

Relativamente às questões colocadas pelo membro João Osório, informou que o concurso não se realizou este ano, como é do conhecimento público, porque a Comissão Vitivinícola Ribatejana não mostrou disponibilidade para o fazer.

Quanto à comissão de acompanhamento do PDM, informou que teve lugar a 1ª reunião da Comissão Mista de Coordenação e que se seguirá o calendário normal, no âmbito dos trabalhos previstos.

Relativamente à manutenção da vala, informou que a Câmara denunciou o contrato que tinha com uma empresa e que fazia a manutenção da vala, mas que existe, neste momento, um município que gosta da vala e que faz a sua manutenção a custo zero, fornecendo a Câmara os consumíveis.

Quanto ao facto de existir na quinta dos Patudos uma lixeira a céu aberto, esclareceu que é um assunto que tem que ser resolvido, pois não poderá existir nos Patudos nem lixeiras particulares, nem lixeiras municipais.

Relativamente à Reserva do Cavalão do Sorraia, explicou que a limpeza foi levada a cabo por funcionários da Autarquia, no entanto numa reunião de Câmara



um dos vereadores chamou a atenção para esse assunto, o qual iremos tratar com o funcionário responsável por essa acção de limpeza.

Em relação ao quartel da GNR, informou que está em estudo uma reorganização global desses estabelecimentos.

Intervenção da membro Inês Aguiar, dizendo que a questão do horário da piscina não ficou esclarecida e perguntou quem define então esse horário.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o horário é definido pelo executivo da Câmara em acordo com os funcionários que lá trabalham, mas que não estão ainda definidos, uma vez que a abertura das piscinas tem estado condicionada pelo mau tempo.

A membro Inês Aguiar voltou a intervir dizendo que não estava esclarecida e que, quando não há resposta do Senhor Presidente da Câmara, fica sempre na dúvida se foi o Senhor Presidente que não ouviu porque está a maior parte do tempo a mexer no telemóvel ou se não quer responder. Neste caso, o Senhor Presidente da Câmara ouviu a pergunta, logo tem que responder, pois é esse o seu papel, não podendo recusar-se a responder.

O Presidente da mesa pediu à membro Inês Aguiar que fosse mais concisa.

A membro Inês Aguiar voltou a referir que o Senhor Presidente da Câmara só responde quando lhe interessa e o que lhe interessa, mesmo que não seja a resposta à questão colocada. Na sua opinião esta é uma situação que tem de ser travada, porque as pessoas tem que cumprir com as suas obrigações.

O Presidente da mesa deu a palavra ao membro João Osório.

O membro João Osório perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tem ou não seguranças e se os mesmos são pagos pela Câmara.

Referiu também que desde 1998, às questões colocadas na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara responde que não sabe ou desconhece, ou que a responsabilidade é de algum funcionário, e que esta é uma situação que não pode acontecer, pois o Presidente da Câmara, tal como o Administrador de uma empresa, é o principal responsável e tem obrigação de responder às questões que lhe são colocadas.

O Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que já tinha respondido claramente que não havia qualquer custo para o Município, com seguranças, e que por uma questão de sanidade mental não comentava o "diz-se".

O membro Fernando Ramalho interveio, fazendo um breve comentário ao tom em que a membro Inês Aguiar se referiu ao Senhor Presidente da Câmara. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara é o representante do Município de Alpiarça, foi eleito pelo voto directo dos Alpiarcenses, logo pensa que, quanto mais não seja em termos institucionais, merece todo o respeito.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que deve haver bom senso em determinadas perguntas que se colocam, nomeadamente questões de segurança, que é um assunto de natureza reservada e que não deve ser colocado num órgão público como é a Assembleia Municipal.

Intervenção do membro João Osório que disse concordar com o que o membro Paulo Espírito Santo acabava de dizer, no entanto os seguranças não são minimamente discretos e qualquer pessoa percebe que andam atrás do Senhor Presidente da Câmara.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto número um** – Apreciação da informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do membro João Osório que falou na falta de limpeza na vila.

**Ponto número dois** – Apreciação e votação de Proposta de Regulamento / Estatuto de Provedor Municipal.

Intervenção da membro Anabela Costa, perguntou se a criação da figura de provedor Municipal trará alguns custos para a Autarquia e quais os meios que vão criar para o provedor Municipal.

Disse ainda que não lhe parece, de todo, necessário para um Concelho como o nosso, a existência de um Provedor Municipal.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que o Provedor Municipal é uma figura que tem como função garantir a defesa dos direitos e interesses legítimos dos particulares perante os órgãos e serviços do município de Alpiarça. Se o Provedor está ao serviço dos munícipes, de uma forma não remunerada, então é de todo o interesse a sua existência. Propôs que o artigo 5º, passasse a ter a seguinte redacção: " Ao provedor é incompatível o exercício de funções públicas decorrentes de actividades partidárias". Referiu ainda que o provedor, tal como os membros da Assembleia, não será remunerado, deverá por

isso existir no orçamento municipal uma rubrica para as despesas com as funções de provedor municipal.

Referindo-se também ao artigo 14º – ponto nº 2, propondo a seguinte redacção: “ As queixas e reclamações apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito e assinadas pelos próprios”.

Intervenção do membro Fernando Ramalho dando opinião sobre a redacção, para o artº 5, proposta pelo membro Paulo Espírito Santo.

O membro Paulo Espírito Santo reformulou então a proposta, ficando o artigo 5º, com a seguinte redacção: “ Ao Provedor não é compatível o exercício de actividade de funções públicas decorrentes de actividades partidárias”.

Intervenção da membro Vitória Brito referindo que embora não seja uma função remunerada, colocam-se outras questões como sendo, por exemplo, o que vem mencionado no artº 16º, pois estes aspectos implicam custos. Mencionou ainda o artº 17º, que fala das verbas que devem ser inscritas no orçamento municipal para a prossecução das funções do Provedor, parece-lhe que estando a Câmara com dificuldades financeiras o cargo de Provedor seria dispensável.

O membro Fernando Ramalho voltou a intervir para propor uma nova redacção para o artº 5º: “Ao Provedor é vedado o exercício de funções públicas decorrentes de actividades partidárias”.

O Presidente da mesa em exercício pede que lhe façam chegar por escrito a proposta de alteração, para que não restem dúvidas.

O Presidente da mesa em exercício interrompeu a sessão para 10 minutos de intervalo.

Após o reinício da assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, esclareceu em relação ao ponto nº 2 o seguinte: “ No ano 2005 teve lugar as Eleições Autárquicas, que tinha no seu programa de candidatura a criação de um Provedor Municipal, tal como concluiu a Biblioteca Municipal, tal como está a dignificar a Zona Industrial , tal como está a dar andamento à ampliação do Edifício dos Paços do Concelho , são promessas do programa eleitoral, está a cumprir também uma outra que é a criação de um Provedor Municipal, numa atitude que mereceu a concordância maioritária da população de Alpiarça”.

O Senhor Presidente da mesa em exercício colocou à votação da proposta de alterações do artº 5º do Ponto nº 2, no que diz respeito a incompatibilidades " Ao Provedor não é compatível o exercício de actividades de funções públicas, decorrentes da actividade partidária".

A Proposta foi aprovada , com 9 votos a favor 6 abstenções e 1 voto contra.

O membro João de Brito apresentou declaração de voto, dizendo que "votou contra porque acha descabido falar do Provedor Municipal, embora concorde que tenha sido uma promessa eleitoral, mas uma vez que a mesa já ignorou um parecer do Provedor de Justiça, portanto não faz sentido ser criado um Provedor Municipal".

O Senhor Presidente da mesa em exercício, passou a ler a proposta de alteração ao artº 14º do ponto nº 2 " As queixas e reclamações apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito e assinadas pelo próprio"

Foi aprovada a proposta com 15 votos a favor e 1 abstenção.

O Senhor Presidente passou de imediato à votação da Proposta do Regulamento , com as alterações propostas, foi aprovado por maioria com 9 votos a favor e 7 abstenções.

A membro Anabela Costa apresentou declaração de voto (anexa).

**Ponto número três** – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Valor Percentual para o ano de dois mil e oito – Lei número cinco/ dois mil e quatro, de dez de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas.

Intervenção da membro Inês Aguiar " à semelhança do que a CDU disse o ano passado , nós concordamos que seja cobrada esta taxa, no entanto não nos parece aceitável que a taxa seja cobrada ao cliente final em vez de ser cobrada às empresas de comunicações, sugerimos que se tenha atenção e que não se opte pela taxa máxima".

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor e 7 abstenções.

**Ponto número quatro** – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento do Mercado Municipal do Concelho de Alpiarça.

Foi aprovado por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção.

**Ponto número cinco** – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento Municipal de Publicidade.

Foi aprovado por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção.

**Ponto número seis** – Apreciação e votação de Proposta de alteração à Tabela de Taxas anexa ao Regulamento para Inspeção de Ascensores, Montacargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes – Taxas e Regime Sancionatório para o ano de 2007.

Foi aprovado por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção.

**Ponto número sete** – Apreciação e votação de Proposta de alteração à Tabela de Taxas anexa ao Regulamento sobre o Licenciamento das actividades diversas.

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

**Ponto número oito** – Apreciação e votação de Proposta de Tabela de Taxas e Licenças para o ano de 2007.

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

**Ponto número nove** – Apreciação e votação de Proposta de preços de utilização da Piscina Exterior.

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

**Ponto número dez** – Apreciação e votação de Proposta de preços de utilização da Piscina Exterior.

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

**Ponto número onze** – Apreciação e votação de Proposta de Aluguer de Canoas na Barragem dos Patudos para o ano de 2007 do Município de Alpiarça.

Intervenção da membro Inês Aguiar, “perguntou se as canoas existem”, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que “ não se pode alugar o que não existe”.

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor e 7 abstenções.

**Ponto número doze** – Apreciação e votação de Proposta de preços de utilização do Estádio Municipal “ Dr. Raúl José das Neves”.

Foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

**Ponto número treze** – Apreciação e votação de Proposta de preços de utilização a praticar na Nave Desportiva de Alpiarça.

Intervenção da membro Inês Aguiar, solicitou informação se já foi celebrado o Protocolo. O Senhor Presidente da Câmara, informou que ainda não foi celebrado o Protocolo.

Foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

**Ponto número Catorze** – Apreciação e votação de Proposta de preços de utilização da Zona Desportiva dos Patudos.

Foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

**Ponto número Quinze** – Apreciação e votação de alteração ao Regulamento dos Vendedores Ambulantes do Concelho de Alpiarça.

Foi aprovado por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção.

**Ponto número Dezasseis** – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento – Revisão número dois, para o ano de 2007.

Intervenção do membro Carlos Cotrim, solicitando uma informação referente à modificação ao Orçamento. O Senhor Presidente da Câmara apresentou os esclarecimentos solicitados.

Foi aprovado com 8 votos a favor e 8 abstenções.

**Ponto número Dezassete** – Apreciação e votação da Derrama para o ano de 2008.

Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

O membro João Osório apresentou declaração de voto, " A CDU apresentou o ano passado, uma proposta para que a Taxa da Derrama, não fosse para os limites máximos, e de facto existe uma questão nova – este ano a Derrama com a entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, alterou a sua forma de taxa. No nosso Concelho as empresas não se encontram numa situação de serem tão penalizadas.

**Ponto número Dezoito** – Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) Decreto-Lei Nº 287/2003, de 12 de Novembro, na redacção dada pela Lei nº 21/2006, de 23 de Junho e Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

Foi aprovado com voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa em exercício, com 8 votos a favor e 8 votos contra.

O membro Celestino Brasileiro apresentou declaração de voto, “ no sentido de que os eleitos da CDU, votaram contra por discordarem dos valores propostos , porque esses valores são desajustados da realidade dos habitantes de Alpiarça”

**Ponto número Dezanove** – Apreciação e votação de Proposta de Regulamento do Mercado Mensal de Alpiarça.

A membro Anabela Costa, interveio dizendo que uma vez que o teor do Regulamento é muito extenso e suscita dúvidas quanto à sua legalidade, gostaria de ver em anexo um parecer jurídico. Apresenta uma proposta para que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos e viesse na próxima Assembleia, com documento anexo (parecer jurídico).

O membro João de Brito, interveio dizendo que vai votar favoravelmente , uma vez que o Mercado mensal realizando-se em Alpiarça, facilita todos os Alpiarcenses.

O membro Paulo Espirito Santo, interveio dizendo que já foi votado o Regulamento Municipal de Segurança, o Regulamento do Provedor Municipal , por isso não faz sentido pedir um parecer jurídico, uma vez que já tínhamos os documentos há muito tempo, não vê necessidade de parecer, por isso vai votar favoravelmente.

A membro Anabela Costa, interveio dizendo que “ não quero que fiquem com a ideia de que a CDU está contra o Mercado Mensal de Alpiarça, não é isso , o que estamos de facto é com dúvidas quanto ao teor do Regulamento , é nesse sentido que pedíamos o parecer jurídico”.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício , colocou à votação a Proposta para ser retirado o ponto da Ordem de Trabalhos. Foi reprovado com 10 votos contra e 6 votos a favor.

O Ponto Nº 19 , foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

O membro João Osório apresentou declaração de voto, dizendo que se abstiveram, mas acham necessidade de se juntar um parecer jurídico , pelo facto de terem algumas dúvidas quanto ao Regulamento do teor estar ou não dentro da legalidade.

### **PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Houve um pedido de intervenção da Muniçipe, Ana Paula Agostinho Matias, referente à Higiene da Vila de Alpiarça e ao fecho das Piscinas Municipais. Solicita ao executivo a tomada das providências necessárias.

A Senhora Vereadora Vanda Nunes respondeu à Muniçipe que, em relação à Higiene da Vila de Alpiarça vai saber junto do Senhor Encarregado responsável o que se passa. Em relação à abertura das Piscinas Municipais , o horário ainda não foi afixado, uma vez que as condições climatéricas ainda não permitiu que fossem abertas as Piscinas.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa em exercício encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_